

ESPORTE E LAZER: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA QUEM?

Verônica Werle

RESUMO

O estudo que tem como temática as políticas públicas de esporte e lazer realizou-se numa Secretaria Municipal. Os objetivos foram identificar as iniciativas por modalidade desenvolvidas no período de um ano pela instituição investigada, bem como identificar e analisar as atividades quanto ao perfil dos participantes, local onde se realizam e a frequência com que são desenvolvidas. As entrevistas e análise documental demonstram a predominância do futebol, sendo que a maioria das atividades são de caráter esporádico, direcionadas para jovens, do sexo masculino, que residem nos bairros da cidade e são de classe baixa e média.

Palavras-chaves: política pública, esporte e lazer.

ABSTRACT

The study has as thematic the public politics of sport and leisure and was developed city department. The objectives were identify the initiatives for modality developed in the period of one year, and also identify and analyzing the profile of the participants, place where were developed and the frequency of activities. The interviews and documentary analysis demonstrate the predominance of the soccer, and the majority of the activities is of sporadical character, directed for young, of the masculine sex, that inhabits in the quarters of the city with low and average level.

Key words: public politics, sport and leisure.

RESUMEN

El estudio tiene como tema la política pública del deporte y ocio y fue desarrollado en un departamento de la ciudad. Los objetivos habían sido identificar las iniciativas por modalidad desarrollada en el período de un año, así como identificar y analizar el perfil de los participantes, donde si se convierten y la frecuencia con eso se desarrollan. Las entrevistas y análisis documental demuestran el predominio del fútbol, siendo que la mayoría de las actividades es de carácter esporádico, dirigido para los jóvenes, del sexo masculino, que habita el centro de la ciudad y son de clase baja y media.

Palabras-claves: política pública, deporte y ocio.

O estudo que tem como temática as políticas públicas referentes ao esporte e ao lazer surge pela importância que a pesquisadora atribui ao assunto frente ao contexto social atual. A política neoliberal instalada pressupõe somente a lógica econômica, a supremacia do desenvolvimento econômico em detrimento ao social (OLIVEIRA, 2005 e SOUZA, 2005). Resultado das transformações sociais, dos avanços tecnológicos e da translação do capital para as demais áreas, o ideário neoliberal influencia na elaboração de políticas públicas sociais principalmente em países periféricos como o Brasil, que buscam a sua autonomia econômica em primeiro lugar (SOUZA, 2005).

Sob esta ótica contemporânea os direitos sociais passam a ser considerados problemas e causas das dificuldades de avanço econômico do estado, e a responsabilidade em garantir os direitos são transferidos para a comunidade através de políticas distributivas (HÚNGARO, 2005), restando para o estado apenas a preocupação nas questões econômicas.

Explicando sobre o que é política pública, Stigger (1998), ensina que trata-se de intervenções pautadas em alguma posição política e ideológica que define as ações a serem tomadas. Enquanto que para Penã (2001) políticas públicas são os próprios reflexos das intenções do Governo. O poder público portanto, representa o mais importante segmento da sociedade com possibilidades de educar, mobilizar e intervir para a população. Valorizar as práticas de esporte e lazer contribuindo para a qualidade de vida das pessoas depende primordialmente dos propósitos e intenções da administração pública em equilibrar o desenvolvimento econômico com o social.

Tomando como base o respaldo legal, tem-se a garantia do esporte e do lazer como direitos constitucionais. O lazer está representado no Capítulo II, Artigo 6º, da Constituição Federal de 1988, como um direito social adquirido juntamente com outros mais popularmente conhecidos como a moradia, a educação e a saúde. Conforme Crettela apud Chemin (2003, p.31) por ser um direito social significa que “[...] é de todos e de cada um [...] que tem o poder - dever de proporcioná-los não a indivíduos ou grupos privilegiados mas a todos indistintamente” .

Da mesma forma que o lazer, o esporte também ganha respaldo constitucional nas descrições do Título VIII, Capítulo III, Seção III, Do Desporto, no Artigo 217, 3º e último parágrafo do item IV, quando se intensifica o dever do estado de incentivar o esporte e o lazer como forma de promoção social (MARCELLINO, 1996).

No entanto, dez anos antes, em 1978 a UNESCO publica a Carta Internacional da Educação Física e do esporte estabelecendo a prática esportiva como direito de todos e difundido um novo conceito que permite o esporte como formas de participação e educação, superando a idéia de aparelho ideológico do estado e de moralização do corpo pelo exercício e para o trabalho.

O esporte atualmente mostra-se revitalizado pelos meios de comunicação que o tornaram um espetáculo. Tubino (1999) explica que os esportes que podem provocar mais espetáculos recebem mais incentivo, principalmente da TV em virtude do seu poder de comercialização, enquanto que as demais modalidades, a TV trata apenas de repassar informações.

Para Bracht (2002) a mercadorização é a marca mais forte do esporte moderno. Ensina que este passou de manifestação cultural à mercadoria, de esporte cidadão a esporte consumidor e segue com a compreensão de que “Oferecer equipamentos e programas de esporte deixa de ser tarefa do Estado para ser oportunidade de negócio para a iniciativa privada” (p.198).

Conforme estes fundamentos observamos o compromisso dos órgãos públicos de incentivar as ações esportivas e de lazer, portanto, pouco se pode discutir quanto à obrigatoriedade e seriedade com que o tema deve ser abordado pelos setores competentes. Ao mesmo tempo, os profissionais responsáveis por elaborar as políticas de intervenção esportiva e de lazer também sofrem as influências do quadro de transformações sociais relatado anteriormente (SOUZA, 2005). A ausência de fóruns e debates contribui para a permanência de uma precária formação política dos gestores. Desta forma facilitando o afastamento das práticas esportivas sociais para um segundo plano, a menos que sirva para razões externas à própria prática, como forma de impulso

político.

A etapa a ser superada é a concretização dos direitos adquiridos através de políticas públicas capazes de possibilitar o acesso universalizado do esporte e do lazer, em detrimento a grupos privilegiado. Além de priorizar o acesso às camadas que geralmente não são atendidas. (MARCELLINO, 1996).

Marcellino (1996) que organiza subsídios para uma política de esporte e lazer fala da necessidade de estabelecer prioridades nas ações a partir da análise e reflexão de determinado contexto, levando em consideração além das atividades em si, os equipamentos disponíveis, sua distribuição, o acesso aos locais e equipamentos e assim como Bonalume (2001) destaca a necessidade das ações surgirem a partir da participação popular.

A partir dos estudos apresentados surgem os seguintes questionamentos: Onde se apóiam os administradores municipais para planejar e concretizar suas ações em esporte e lazer? E até que ponto favorecem ou dificultam determinadas modalidades e o desenvolvimento do esporte e lazer para todos em detrimento de grupos privilegiados?

Com base nas reflexões organizadas, apresento os objetivos do estudo que foram identificar as iniciativas por modalidade que uma Secretaria Municipal de Esporte e Lazer desenvolve no período de um ano; e identificar e analisar as iniciativas da Secretaria quanto ao perfil dos participantes, local onde se realizam as práticas e a frequência que são desenvolvidas.

Metodologia

Pela sua natureza hermenêutica o estudo se ajusta às características do modelo qualitativo de investigação. Por apresentar esta características a intenção do estudo é analisar, interpretar e compreender a realidade em estudo, neste caso, a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de um município de pequeno porte do Rio Grande do Sul. Quanto ao tipo de estudo, é caracterizado como um estudo de caso porque não tem a pretensão de representar o mundo e sim uma particularidade. Após reflexão realizada sobre diversos autores que teorizam sobre o estudo de caso, Gómez, Flores e Jiménez (1996) chegam a conclusão que este tipo de estudo “[...] se caracteriza por um exame detalhado, compreensivo, sistemático e em profundidade do caso, objeto de interesse” (p. 92).

O contexto investigado foi uma Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, onde participaram 3 funcionários do setor administrativo da Secretaria que atuam na tomada de decisão e elaboração das atividades.

A escolha dos instrumentos de coleta de informações e validação foi realizada a partir do modelo de pesquisa qualitativa e dos objetivos do estudo. Desta forma, foram utilizadas entrevistas semi-estruturada, o diário de campo e a análise documental. Para as finalidades do estudo foram consideradas informações referentes a um ano de atividades.

Resultado

Conforme já salientado, o esporte e o lazer são direitos sociais garantidos pela Constituição Federal, o que significa que são de todos que compreendem esta Constituição. Desta forma, as políticas públicas de esporte e lazer devem fomentar e incentivar o esporte e o lazer de forma incondicional a todas as pessoas, atendendo

diferentes grupos sociais, modalidades, sexo, público alvo.

Quanto ao primeiro objetivo de identificar as iniciativas por modalidade, as entrevistas e a análise documental permitiram organizar o seguinte quadro demonstrativo:

Quadro 01:

Iniciativas por modalidade (período de um ano)	
Futebol	15
Voleibol	8
Esportes Náuticos	4
Basquete	3
Futvôlei	2
Ciclismo	2
Motociclismo	2
Canastra	2
Handebol	1
Atletismo	1
Skate	1
Bocha	1
Bolão	1
Lutas	1

O demonstrativo das iniciativas da Secretaria em diferentes modalidades evidencia um expressivo número de incentivos para duas modalidades em detrimento a outras. Trata-se da modalidade de futebol e voleibol que aparecem, respectivamente com 15 e 8 iniciativas no ano em contrapartida outros, como o handebol e basquete, que aparecem com 1 e 3 iniciativas respectivamente. A escolha destas atividades foi questionada nas entrevistas, sendo que os entrevistados disseram que estas são atividades que acontecem todo o ano, trata-se de continuar atividades que já existem, e que “dão certo”, segundo as próprias palavras dos entrevistados, por motivos culturais ou históricos.

Refletindo sobre as justificativa que fazem do futebol a modalidade que recebe mais incentivos da Secretaria investigada, Reis (2005), atribui à disseminação do futebol pelo mundo devido ao curto espaço de tempo entre a sua institucionalização e sua profissionalização, provocando acelerado interesse nas classes populares, passando de apenas lazer, para oportunidades profissionais. No Brasil, este esporte se mostra ainda mais popularizado, de modo que o país se tornou mundialmente conhecido como o país

do futebol. Daolio (2005), explica que o fenômeno tomou as dimensões atuais devido a sua aproximação com o contexto cultural brasileiro, oferecendo além de momentos lúdicos, a vivência de representações e expressões típicas da sociedade brasileira.

Assim como o futebol, outras modalidades se destacam com maior ênfase no Brasil devido à questões históricas, culturais e inclusive publicitárias, que valorizam e disseminam as modalidades que proporcionam o maior espetáculo e repercussão de mídia.

Com relação ao segundo objetivo que procurou identificar e analisar as iniciativas da Secretaria quanto ao perfil das pessoas atendidas (sexo, faixa etária, classe social e se eram portadores de necessidades especiais), local onde se realizam as práticas (bairros ou comunidades do interior) e a frequência com que são desenvolvidas (sistemáticas, esporádicas/anual ou períodos por ano/até 2 meses), é importante lembrar que as respostas foram elaboradas com base na análise documental e entrevistas, portanto em análises subjetivas, onde os participantes que definiram as variáveis de acordo com as suas percepções. De uma forma sintetizada podemos fazer as seguintes considerações:

a) Quanto ao perfil das pessoas atendidas verificou-se que há participação do público feminino e masculino, no entanto a maioria das atividades ainda é destinada aos munícipes de sexo masculino; pessoas da faixa etária entre 12 e 18 anos são as mais atendidas, em contrapartida as pessoas acima dos 60 anos são as que recebem menos incentivos; da mesma forma que o público idoso, as pessoas com necessidades especiais recebem pouca atenção da Secretaria, sendo desenvolvidas apenas 4 iniciativas para este público, das quais todas são de caráter esporádico e as três classes sociais investigadas (baixa, média e alta) participam das atividades da Secretaria, sendo que a classe baixa e média, participa em maior número de atividades.

b) A principal característica das atividades quanto a frequência em que são realizadas é que são esporádicas, caracterizam-se como eventos anuais em sua maioria.

c) Igualmente a população que reside na região central e periférica do município recebem incentivos através das atividades da Secretaria. Há algumas atividades, no entanto, que são organizadas especialmente para as comunidades do interior e outras para os bairros.

Conclusão

A partir das informações coletadas, pode-se dizer que, de forma objetiva, as atividades da Secretaria direcionam-se em maior quantidade para jovens, do sexo masculino, que residem nos bairros da cidade e são de classe baixa e média. As atividades possuem um caráter esporádico e, em sua maioria, compreendem a modalidade de futebol.

As limitações da Secretaria se encontram principalmente no atendimento às pessoas idosas e com necessidades especiais. A frequência deste atendimento também é pequena, sendo que se tratam de eventos isolados em sua maioria. A carência de atividades para este público não é compatível com as descrições da Lei Orgânica Municipal que salienta a garantia de acesso desta população às atividades de esporte e lazer.

Esta, porém, não pode ser uma consideração “fechada”, dona de uma verdade absoluta, visto que muitas interpretações ainda podem ser feitas a partir das tabelas elaboradas. Interpretações que cruzem os dados entre os diferentes aspectos podem revelar outras evidências possivelmente mais reveladoras e consistentes. Como contribuição para a entidade investigada sugiro o desenvolvimento de ações formativas, no sentido de ampliar as possibilidades de esporte e lazer, visto que a frequência de

algumas práticas não é suficiente para desenvolver o conhecimento e o gosto por elas. Para que as práticas da Secretaria alcancem os resultados qualitativos esperados, acredito que a dinâmica das práticas deva ser mais sistemática, como a elaboração de projetos em pontos estratégicos do município, em detrimento a eventos isolados.

Referencias

BONALUME, Cláudia Regina. Diretrizes norteadoras de um programa de descentralização e democratização do lazer: a experiência de Caxias do Sul. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.) Lazer e esporte: políticas públicas. Campinas: Autores Associados, 2001

BRACHT, Valter. Esporte, história e cultura. In: Esporte, história e sociedade. Campinas: Autores Associados, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - artigos 6º e 217º, 1988.

CHEMIN, Beatris Francisca. Lazer e constituição: uma perspectiva do tempo livre na vida do trabalhador brasileiro. Curitiba: Juruá, 2003.

DAOLIO, Jocimar. A superstição no futebol brasileiro. In: DAOLIO, Jocimar (org). Futebol, cultura e sociedade. Campinas – SP: Autores Associados, 2005.

GÓMEZ, G. R., FLORES, J. G. e JIMÉNEZ, E. G. Metodología de la investigación cualitativa. Archidona: Aljibe, 1996.

HÜNGARO, Edson M. As transformações sociais recentes e as políticas sociais: pressupostos para se pensar o esporte e o lazer como direitos sociais na contemporaneidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO ESPORTE, 2005. ANAIS CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO ESPORTE. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). Políticas públicas setoriais de lazer: o Papel das Prefeituras. Campinas: Autores Associados, 1996.

OLIVEIRA, Bruna A. e Húngaro Edson M. Esporte e Lazer como direitos sociais e a ofensiva neoliberal: primeiras aproximações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO ESPORTE, 2005. ANAIS CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO ESPORTE. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

PENÁ, Felipe J. Cómo surgen las políticas públicas orientadas al desarrollo de la Educación Física y el deporte? Ano 7 nº 36, maio 2001. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/html>>. Acesso em: 15 set. 2006, 18:17:23.

REIS, Heloisa Helena B. Espetáculo futebolístico e violência: uma complexa relação. In: DAOLIO, Jocimar (org). Futebol, cultura e sociedade. Campinas – SP: Autores Associados, 2005.

SOUZA, Wilson L. L. Reflexões sobre o perfil do gestor de políticas sociais de lazer e

esporte. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO ESPORTE, 2005. ANAIS CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO ESPORTE. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

STIGGER, Marco Paulo. Políticas sociais em lazer, esporte e participação: uma questão de acesso e de poder; ou subsídios para tomar uma posição frente a pergunta: “são as políticas públicas para educação física, esporte e lazer, efetivamente políticas sociais? Florianópolis: Motrivivência, Ano X, nº 11, 1998.

TUBINO, Manoel José Gomes. O que é esporte. São Paulo: Brasiliense, 1999.

Rua Francisco Tomaz dos Santos, 5019
Residencial Armasul, Ap. 102.
Armação Florianópolis-SC
88066-000

vewerle@yahoo.com.br